



e-cadernos CES

38 | 2022

Para além do Antropoceno: crise climática, novas ontologias e alternativas à modernidade antropocêntrica

Linhas de fuga do Antropoceno: ontologias não-modernas e os antípodas da Razão

Lines of Escape from the Anthropocene: Non-Modern Ontologies and the Antipodes of Reason

António Carvalho e Mariana Riquito



Edição electrónica

URL: <https://journals.openedition.org/eces/7546>

DOI: 10.4000/eces.7546

ISSN: 1647-0737

Editora

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Refêrencia eletrónica

António Carvalho e Mariana Riquito, «Linhas de fuga do Antropoceno: ontologias não-modernas e os antípodas da Razão», *e-cadernos CES* [Online], 38 | 2022, posto online no dia 31 março 2023, consultado o 02 abril 2023. URL: <http://journals.openedition.org/eces/7546> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/eces.7546>



Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional - CC BY 4.0
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

ANTÓNIO CARVALHO, MARIANA RIQUITO

LINHAS DE FUGA DO ANTROPOCENO: ONTOLOGIAS NÃO-MODERNAS E OS ANTÍPODAS DA RAZÃO*

Resumo: Este artigo experimental parte da atual controversa do Antropoceno para pensar alternativas à racionalidade moderna ocidental, sublinhando a necessidade do desenvolvimento de ontologias não-modernas para fazer face à atual crise climática e ambiental. Recorre-se a uma série de exemplos heterogéneos – desde práticas contemplativas, estados alterados de consciência a modelos planetários – para refletir acerca da ligação entre humanos, sistemas terrestres e os seus corpos. Estes exemplos são encarados enquanto alegorias que nos colocam frente a frente ao caráter disruptivo do Antropoceno, contrastando com as ontologias dominantes da modernidade ocidental. O artigo visa levar a cabo um exercício performativo e provocatório para produzir formas alternativas de “reagir” ao Antropoceno para além da cognição e da representação, combinando diferentes registos epistemológicos e disciplinares – por vezes nos limites da linguagem académica convencional – que são entendidos enquanto linhas de fuga, lançando assim o mote para este número da *e-cadernos CES*.

Palavras-chave: Antropoceno, crise climática, estados alterados de consciência, extrativismo, ontologias não-modernas.

LINES OF ESCAPE FROM THE ANTHROPOCENE: NON-MODERN ONTOLOGIES AND THE ANTIPODES OF REASON

Abstract: This experimental article departs from the current controversy of the Anthropocene to reflect on alternatives to modern Western rationality, highlighting the need to develop non-modern ontologies to face the current climate and environmental crisis. A series of heterogeneous examples are used – from contemplative practices, altered states of consciousness to planetary models – to reflect on the connection between humans, terrestrial systems and their bodies. These examples are seen as allegories that put us face to face with the disruptive character of the Anthropocene, contrasting with the dominant ontologies of Western modernity. The article aims to carry out a performative and provocative exercise to produce alternative ways of “reacting” to the Anthropocene beyond cognition and representation, combining different epistemological and disciplinary registers – sometimes within the limits of conventional academic language – that are understood as lines of escape, thus launching the motto for this issue of *e-cadernos CES*.

Keywords: altered states of consciousness, anthropocene, climate crisis, extractivism, non-modern ontologies.

* Este trabalho foi financiado pelo FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional através do COMPETE 2020 – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) e por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do projeto TROPO, n.º 028362 (POCI-01-0145- FEDER-028362).

INTRODUÇÃO

Este artigo consiste numa incursão teórica e socio-filosófica em torno das tensões e disrupções suscitadas pelo Antropoceno, recorrendo a uma série de exemplos que, enquanto alegorias, exploram o carácter multidimensional desta época geológica, esbatendo as fronteiras entre psicadelismo, espiritualidade, ficção, ciência e loucura, articulando ontologias não-modernas que contrastam com a modernidade ocidental. O Antropoceno, que significa literalmente a “Época dos Humanos”, é um conceito frequentemente utilizado para caracterizar a atual época geológica, marcada pela indissociabilidade entre as ações humanas e as suas consequências no sistema terrestre (Carvalho *et al.*, 2021). O aquecimento global, a extinção em massa de espécies não-humanas, a desflorestação e os eventos meteorológicos extremos são ilustrações sombrias e particularmente emblemáticas da forma como a modernidade, nomeadamente desde a Revolução Industrial, tem acelerado e fomentado uma relação assimétrica com a natureza, que tem resultado, pois, numa destruição generalizada.

Desde que foi cunhado no início deste século, o conceito de Antropoceno tem gerado uma vasta produção científica quer no âmbito das ciências naturais e físicas como nas áreas das ciências sociais e das humanidades ambientais. Nestas últimas, este conceito tem proporcionado debates mais alargados acerca das relações entre humanos e não-humanos; da agência mais-do-que-humana; das desigualdades entre o Norte e o Sul global; das lógicas extrativistas do capitalismo; das articulações entre a exploração patriarcal e a exploração de recursos naturais; levantando, para além de questionamentos ontoepistemológicos, desafios metodológicos (Carvalho e Riquito, 2022).

Tratando-se de uma noção particularmente controversa, várias propostas conceptuais têm procurado problematizar este termo, formulando conceitos alternativos que tomam em consideração as contradições sociais, políticas, económicas, étnicas e de género subjacentes ao Antropoceno, tal como ele é concebido pela narrativa dominante (Riquito, 2021; Carvalho e Riquito, 2022). Conceitos como “Capitaloceno” (Moore, 2016), “Cthuluceno” (Haraway, 2016), “Plantacionoceno” (Haraway, 2015), “Lixoceno” (Armiero, 2021) ou “Necroceno” (Clark, 2019) reforçam o carácter situado da ontologia dominante do Antropoceno, responsável por um conjunto de processos entrópicos que transcendem a crise climática e ecológica e que se prendem com as estruturas sociais, políticas, económicas, culturais e tecnológicas modernas (Carvalho e Riquito, 2022).¹ Neste

¹ Num trabalho anterior (Carvalho e Riquito, 2022), desenvolvemos uma crítica sistemática ao conceito de Antropoceno, apresentando os seus alternativos “cenos”. Nesse trabalho, justificamos ainda a nossa utilização do conceito de “Antropoceno” nesse contexto. No caso específico deste artigo, recorremos à noção de Antropoceno enquanto evento geológico, sociopolítico e ontológico, argumentando, no

sentido, poderíamos argumentar, na esteira de Gregory Bateson (1979), que as múltiplas crises que atravessamos têm a sua origem na separação ontológica entre a “mente” e a “natureza”, e que a própria conceptualização do Antropoceno – assim como as suas miríades iterações – são expressões de uma resistência ao “padrão que conecta”. De acordo com Bateson, este é um padrão universal que liga todos os seres através de uma dança de agência ontológica e que encontra ecos em princípios de interdependência em algumas tradições espirituais, como no Daoísmo e no Budismo (Carvalho, 2014).

Enquanto metanarrativa, o Antropoceno, entendido como um “evento académico” (Blok e Jensen, 2019), tem permitido a promoção de reflexões conceptuais críticas, que buscam desafiar e quebrar as lógicas dominantes. Embora reflexivas e contra-hegemónicas, estas continuam reféns das estruturas de produção científica, crescentemente dominadas pelo paradigma neoliberal, que normaliza a *avaliação* (a comodificação, diríamos) do conhecimento em função de métricas, burocracias e dispositivos de controlo racional, que obedecem, por sua vez, aos padrões capitalistas.

Ainda nesta trilha, parte da literatura contra-hegemónica e crítica do Antropoceno é feita por autores/as situados/as na chamada “viragem ontológica” – e estas ontologias relacionais e mais-que-humanas têm vindo a ser criticadas pela forma como podem (facilmente) ser apropriadas para justificar uma expansão das redes de controlo capitalista, “alargando” as fronteiras da governação *para além* das pessoas humanas (Swyngedouw e Ernstson, 2018). O Antropoceno exige-nos, pois, uma reflexão acerca do que significa “pensar” e “produzir conhecimento”. Por um lado, obriga-nos a reconhecer que a reflexão académica está associada a um lugar de fala pantanoso, problemático, sujeito a múltiplas contradições; por outro, exige o reconhecimento do impacto ecológico e climático de certos esquemas de pensamento, nomeadamente da *hubris* dualista moderna. Esta preocupação ontoepistemológica vem igualmente acompanhada de um maior interesse nos conhecimentos tradicionais indígenas, que, contrariamente à racionalidade moderna, não se baseiam nos dualismos mente/corpo, natureza/cultura, razão/emoção.

Deste modo, estas tensões suscitam a necessidade e, porventura, justificam a importância de *experimental* formas de “produzir” conhecimento que combinem uma sensibilidade não-representacional e uma atitude disruptiva, em que o conhecimento se assume como potenciador de múltiplas *linhas de fuga* (Deleuze e Guattari, 1980) com impacto ontológico e afetivo. De acordo com Deleuze e Guattari (*ibidem*: 216), as

seguimento de Marisol de la Cadena e Mario Blaser (2018), que este conceito é útil na medida em que o vemos como uma noção que significa o resultado da convulsão da crise que o planeta enfrenta, o que inclui, em si, as críticas à visão dominante subjacente na noção Antropoceno.

linhas de fuga sugerem que “existe sempre algo que flui ou foge, que escapa às organizações binárias, ao aparato de ressonância, e à máquina de sobrecodificação”.² A viragem ontológica nas ciências sociais, em particular na antropologia e nos estudos de ciência e tecnologia, tem sido acompanhada por uma preocupação normativa, i.e., por uma tentativa de imaginar formações ontológicas que se assumam como simétricas, não-dualistas e não-hierárquicas, reconhecendo a dimensão performativa e emergente das intervenções sociotécnicas e dos agenciamentos sociopolíticos (Pickering, 2017). No caso do Antropoceno, e para além das múltiplas interações conceptuais anteriormente elencadas, regista-se uma crescente preocupação em estabelecer associações com as artes e com formas de *escrever*, *fazer* e *pensar* as ciências sociais que possibilitem um salto mais-do-que cognitivo, envolvendo corpos humanos e não-humanos e múltiplas formas de experimentação performativa e heurística (Davis e Turpin, 2015; Engelman, 2015; Salter e Pickering, 2015; Carvalho e Riquito, 2022).

Neste sentido, o Antropoceno é um desafio não apenas para a *política da nomeação*, i.e., para o processo de valorização da problemática ético-política/social/ontológica que visamos ressalvar através de uma reformulação conceptual em particular, mas também para a própria *política de produção de conhecimento*, em particular para os efeitos concretos do trabalho académico, nomeadamente nas ciências sociais e humanidades, enquanto evento epistemológico e ontológico. Como bem relembra Donna Haraway (2016: 12), “as matérias a que recorreremos para pensar sobre outras matérias importam”. Como tal, não podemos desligar uma reflexão acerca do Antropoceno – uma época geológica que articula a agência humana e não-humana – das materialidades a que recorreremos para *escrever*, *fazer* e *pensar* ciências sociais; dos dispositivos que mobilizamos para “pensar o real” (ou reais); e dos agenciamentos – afetivos, políticos, éticos – em que assentam as nossas vozes.

Reconhecendo que a crise climática e ambiental pode ser entendida enquanto uma disrupção fomentada pelo primado das racionalidades eurocêtricas dualistas, especistas, patriarcais e coloniais, como podemos *subverter* o lugar de fala do sujeito moderno? Como podemos *fazer* ciências sociais sem a ambição de “compreender”, “representar” ou “explicar” um real que existe *a priori* – e, portanto, inerte, instrumentalizável, passivo perante uma racionalidade extrativista e cognitivista –, mas antes como uma *linha de fuga*? De disrupção? De experimentação epistemológica? De agitação afetiva?

² Todas as traduções são da nossa responsabilidade.

O Antropoceno convida-nos a imaginar uma ciência impura, à imagem da ciência nómada de Deleuze e Guattari (1980), que, ao invés de reproduzir um plano de dominação imperial (o projeto das ciências ditas “reais”) (Yusoff, 2018), promove aquilo que Andrew Pickering (2007) designou como “teatro ontológico”, em que se regista uma dança não-hierárquica entre humanos e não-humanos que visa a experimentação ao invés da dominação hubristica da modernidade ocidental. Stengers (2018) diz-nos que esta “ciência” (no singular) significa precisamente aquilo que Deleuze e Guattari (1980) chamaram de “rizoma”, que cresce apenas através de conexões necessariamente locais, particulares, *parciais*. Nesse sentido, o trabalho académico, nomeadamente o das ciências sociais, deve ser o da *disrupção* do “império cognitivo” (Santos, 2018), desmantelando, para isso, a racionalidade extrativista que repete a dicotomia entre mente/corpo, equiparada à dicotomia homem/natureza, e reproduz os binarismos estruturais subjacentes à crise ecológica e climática.

Uma das inspirações para este artigo provém das chamadas *breaching experiments*, comuns no campo da etnometodologia. Nestas “experiências”, as/os cientistas sociais levam a cabo atos que violam as normas da ordem social por forma a revelarem as regras tácitas *subjacentes* a uma determinada situação social (Garfinkel, 1967). Um outro conceito do qual colhemos inspiração é a figura do “idiota”, que visa gerar e desorganizar o pensamento, e que foi inicialmente idealizada pela filósofa belga Isabelle Stengers (2005) e posteriormente transformada num dispositivo metodológico das ciências sociais por autores/as ligados/as à teoria do ator-rede e à teoria especulativa (Michael, 2012).

O nosso artigo assenta em três secções, sendo que em cada uma apresentaremos exemplos que nos permitirão explorar algumas das contradições subjacentes ao Antropoceno, procurando, para tal, evitar o registo representacional, problematizando (ou até extravasando) as fronteiras entre o académico, o poético e o literário. Neste artigo, procuramos esboçar, de uma forma não-representacional, algumas *linhas de fuga* do Antropoceno, questionando as materialidades e os sentidos mobilizados para fazer face a um mundo em colapso. Assim, este artigo introdutório não tem como vocação *produzir* “teoria”. Etimologicamente, a palavra grega θεωρίᾱ (*theōriā*) está associada à contemplação, mas igualmente ao ato de repousar o olhar *sobre* um certo fenómeno. Como tal, a teoria está intimamente articulada com o paradigma da “visão”, amplamente criticado por sustentar a objetificação da realidade “exterior”, pois supõe um sujeito que olhe *sobre* uma outra. No caso do paradigma moderno, este olhar *sobre* a natureza foi o que abriu caminhos para processos extrativistas.

Michel Leiris (1972), na sua introdução à obra magistral de Jacques Derrida, *Margens da Filosofia*, fala-nos na possibilidade de “timpanizar a filosofia”, procurando uma alternativa para as metáforas – e ontologias – visuais que dominam a filosofia ocidental eurocêntrica. Esta busca por uma deriva em torno de outros agenciamentos materiais que sustentem o próprio processo de reflexão filosófica requer uma maior sensibilidade em relação ao que significa *produzir* conhecimento e “teoria”. As humanidades e as ciências sociais não se assumem na perspectiva de um/a observador/a não-participante ou neutro/a, uma espécie de olho divino ou desterritorializado; pelo contrário, elas são parte integrante dos processos de emergência do “real”, gerando *performances*, intervenções, efeitos concretos ao nível ontológico.

Com base nesta sensibilidade ontológica e performativa, “pensar” o Antropoceno é, acima de tudo, produzir uma série de efeitos que problematizem as fronteiras entre a “agência” acadêmica/teórica e as densidades ontológicas sobre as quais refletimos. À luz deste desafio ontoepistemológico, as ciências sociais e as humanidades devem abandonar o viés representacional da modernidade extrativista e assumir-se enquanto formas de coreografia ontológica, procurando espaços de disrupção, linhas de fuga, nomadismos nas múltiplas racionalidades que sustentam os processos hegemônicos do Antropoceno. Pensar na possibilidade da intervenção como um exercício (auto)reflexivo que nos confronta diretamente com as entropias da Razão, como se o nosso *corpus* contemplativo fosse submetido à agência de uma *epoché* que, para além dos juízos, suspende o próprio epicentro da posição de observador/a. Assumindo-se como um convite à disrupção, este artigo procura, através de uma série de exemplos *idiotas*, confrontar-nos com as contradições do Antropoceno, revolvendo o pantanoso terreno das fronteiras entre representação, realidade e intervenção, apresentando derivas que nos obrigam a mergulhar nos limites da própria razão moderna e extrativista.

1. OS TULPAS E O ANTROPOCENO

Um tulpa é um objeto ou entidade criada através de práticas meditativas. É uma prática frequentemente associada ao budismo tibetano, mas também adotada no âmbito de outras correntes místicas, nomeadamente pela teosofia. Alexandra David-Neel, a primeira mulher ocidental a conhecer o Dalai Lama em 1924 e a entrar na capital do Tibete, Lhasa, descreve no seu livro *Magic & Mystery in Tibet* como a prática de manifestar um tulpa é particularmente perigosa, frequentemente colocando em risco a vida do/a meditador/a:

Assim que o tulpa está dotado de vitalidade suficiente para desempenhar o papel de um ser real, costuma libertar-se do controlo do seu criador. Isto, de acordo com os ocultistas tibetanos, acontece quase mecanicamente, como a criança, quando o seu corpo está formado e é capaz de viver sozinha, sai do útero da sua mãe. Por vezes o fantasma transforma-se num filho rebelde e ouvimos falar de estranhas lutas que ocorreram entre os mágicos e as suas criaturas, em que estas os feriram gravemente ou até mataram. (David-Neel, 1965: 253)

Os tulpas são um exemplo emblemático para refletirmos acerca das contradições do Antropoceno. A imagética de figuras místicas, que fogem frequentemente à vontade de quem as criou, tem vindo a ser recorrentemente invocada por vários/as autores/as como ilustrações da *hubris* descontrolada associada à modernidade ocidental, nomeadamente às suas práticas científico-tecnológicas. Harry Collins e Trevor Pinch (1998), por exemplo, recorreram ao Golem – uma entidade antropomórfica animada, criada a partir de barro ou lama, e que surge frequentemente no folclore judaico – enquanto uma metáfora para a ciência e suas imprevisíveis controvérsias. Bruno Latour (2011), por sua vez, socorrendo-se da criação do Dr. Frankenstein, procurou refletir acerca da relação que *necessariamente* estabelecemos com o aparato tecnocientífico da civilização contemporânea. Apesar de podermos encarar o espaço da consciência como um terreno fértil para a emergência de entidades lovecraftianas – tulpas, Golems, monstros Frankenstein e Cthulus (Haraway, 2016) – esta também se pode constituir enquanto *linha de fuga*, gerando instâncias de teatro ontológico que convergem em torno de ontologias não-modernas (Carvalho, 2021).

Os riscos tecnológicos – dos quais Chernobyl, Fukushima ou Bhopal são trágicos exemplos – requerem uma ligação íntima, de cuidado, com os agenciamentos materiais que nos rodeiam. Com efeito, se os abandonarmos à sua sorte, corremos o risco de sofrer na pele as suas drásticas consequências (radiações, poluição, eventos meteorológicos extremos, etc.), tal como premeditado na obra pioneira de Mary Shelley (2018 [1818]).

No entanto, e em comparação com o Golem ou a criatura de Frankenstein, os tulpas assumem-se como potencialmente interessantes para especular sobre o papel da mente, do poder e da modernidade para a projeção de uma ontologia em permanente crise. A tecnociência moderna, associada ao Antropoceno, assenta essencialmente numa *hubris* exercida sobre a natureza, o outro, o subalterno (Carvalho e Riquito, 2022). Francis Bacon, no seu seminal *Novum Organum* publicado

em 1620, recorre a uma linguagem particularmente violenta para ilustrar a relação moderna – e científica – com o mundo natural, sobejamente denunciada pela crítica feminista, e em particular pela doutrina ecofeminista (Merchant, 1980), para situar a atitude moderna enquanto essencialmente patriarcal e fundamentalmente destrutiva. Martin Heidegger (1977), ao caracterizar o espírito da tecnologia, recorre ao conceito de *Gestell*, associado a uma forma de ordenação e classificação que reduz a agência mais-do-que-humana a um mero recurso a ser utilizado e instrumentalizado em função das necessidades de certos coletivos humanos.

Ora, a era do Antropoceno confronta-nos com o falhanço dos projetos mobilizados para controlar a agência mais-do-que-humana: as múltiplas manifestações da vontade de poder da modernidade criaram tulpas que se rebelaram contra as pessoas que os criaram, ferindo-as mortalmente e orquestrando múltiplas (e sucessivas) crises planetárias. Este processo de autonomização da tecnociência encontra ecos no processo de libertação e deriva dos tulpas:

Os mágicos tibetanos também relatam casos em que o tulpa é enviado para cumprir uma missão, mas não regressa e persegue as suas peregrinações como um fantoche perigosamente malcomportado e semiconsciente. (David-Neel, 1965: 253)

Esta citação alerta-nos para o facto de a visão instrumental, que julgamos estabelecer com a tecnociência, poder ser traída pela capacidade da agência tecnológica em assumir intencionalidades que não respeitam os programas de ação inicialmente desenhados por quem a criou (Verbeek, 2005). O processo de mediação tecnológica é inviabilizado pela agência tecnológica e pela emergência de agenciamentos sociais e políticos que não podem ser explicados exclusivamente pelas intenções dos seres humanos responsáveis pelo seu desenho. Com a disseminação da vigilância, da inteligência artificial, da robotização do trabalho e da digitalização de uma miríade de funções sociais, assistimos à emergência de uma agência maquínica dotada das suas próprias leis e sentidos. A cultura popular está pejada de exemplos que vão ao encontro destes processos (Carvalho e Riquito, 2021), desde a saga dos filmes *Terminator*, em que assistimos à emergência de uma inteligência não-humana autónoma (a Skynet), até à de *Matrix* das irmãs Wachowski, em que as pessoas humanas ficam reduzidas ao estatuto de meras baterias para alimentar uma entidade maquínica.

A figura dos tulpas também é particularmente interessante para refletirmos acerca do binómio mente/corpo, que atravessa a modernidade ocidental e que, numa

perspetiva cartesiana, se assume como o substrato teórico do extrativismo. Com efeito, segundo a racionalidade dualista moderna, no binómio mente/corpo, a *mente* (ou a “razão”, a “cultura”) é entendida como superior ao *corpo* (ou a “emoção”, a “natureza”). Historicamente, esta divisão legitimou a penetração e dominação de projetos políticos entendidos como “racionais” sobre aquelas geografias, corpos, agenciamentos entendidos como “selvagens”, “incultos”, “corpóreos”. Por outras palavras, as práticas extrativistas são justificadas por uma forma de *fazer-e-pensar* o mundo que legitima a expansão da *razão* sobre a *selvajaria*.

Já nas tradições místicas, nomeadamente no Hermetismo, o binómio mente/corpo é suspenso. Frequentemente, a produção teórica é situada numa perspetiva abstrata, desligada do real, como se o espaço de contemplação estivesse remetido a uma posição de observação não-participante. O que os tulpas e a tradição hermética nos dizem é que os conceitos, as ideias e as imagens que projetamos no espaço da consciência têm uma implicação material concreta e provêm da organização do real, gerando potencialmente monstros que carregam os nossos medos, aspirações e vontade de poder. Nesta visão não-dualista, os sonhos e a imaginação têm impactos concretos no material e nos processos de materialização, e é precisamente na esteira do reconhecimento do poder dos sonhos, da imaginação e da alucinação que enquadrámos a próxima secção.

2. A DREAMACHINE E O ISOLATION TANK – ANTÍPODAS DA CONSCIÊNCIA

Nesta secção, iremos debruçar-nos sobre a forma como as articulações entre o humano e o maquínico se podem constituir enquanto espaços de disrupção das ontologias e epistemologias dualistas. O trabalho clássico de Donna Haraway (1991) sobre *cyborgs* suscitou uma reflexão sobre como esta figura transcende o programa de ação articulado com o complexo militar-industrial, convidando-nos a reconsiderar assunções modernas sobre as fronteiras entre o humano e a máquina, o género e a performatividade.

Os trabalhos no âmbito das ciências cognitivas, da teoria ator-rede e da teoria do afeto convidam-nos a interpretar a consciência humana como assente numa série de associações, materialidades, espacialidades e *performances* (Carvalho, 2017). Neste sentido, a ontologia da consciência (e dos sujeitos) é emergente, ao invés de ser constituída *a priori*, o que significa que a ontologia política do sujeito moderno e dualista é contingente e apenas uma de múltiplas formações possíveis.

Os dois exemplos que iremos apresentar nesta secção permitem-nos imaginar formas de disrupção da consciência através da alteração das redes de associações estabelecidas com espécies não-humanas e com a infraestrutura disciplinar que

encontramos nos múltiplos espaços do quotidiano e que sustentam as políticas hegemónicas da experiência. São exemplos que nos permitem imaginar articulações subversivas com o maquínico, e que nos ajudam a refletir acerca de formas disruptivas de encarar o aparato tecnocientífico que tem vindo a ser disseminado, de uma forma hegemónica, desde a Revolução Industrial. Por outras palavras, permitem-nos idealizar uma *disposição não-moderna*.

O primeiro exemplo ao qual recorreremos para idealizar “disposições não-modernas” é a *Dreamachine*, um dispositivo criado na década de 1960 pelo artista e poeta *avant-garde* Brion Gysin e pelo técnico eletrónico e programador Ian Sommerville. Este dispositivo, que gera estímulos visuais, funciona como um *flicker*³ e roda entre 78 a 45 vezes por minuto, emitindo luzes pulsantes entre 8 a 13 vezes por segundo (Geiger, 2004). Na presença desta máquina, as pessoas são convidadas a fechar os olhos; progressivamente, começam a ver padrões de cores atrás dos olhos, atingindo um estado hipnagógico, de ondas alfa, semelhante ao que ocorre imediatamente antes de adormecermos.

A *Dreamachine*, através da alteração dos estados de consciência, almejava um objetivo social mais vasto, associado ao princípio cabalístico da permutação. Isto é, este dispositivo tinha como objetivo político atingir uma transformação coletiva, proporcionada pela disrupção dos estados de consciência das pessoas e dos seus sonhos. Como escreveu William Burroughs (1958: 283) numa carta endereçada ao poeta Allen Ginsberg:

Claro que a vida é literalmente um sonho, ou melhor... a projeção de um sonho... todo o sistema existente pode ser alterado [*dreamed away*] se conseguirmos arranjar pessoas suficientes a sonhar no nível Gysin. Não há nada que possa parar o poder de um sonho real. Literalmente.

Este exemplo em concreto permite-nos imaginar uma tecnociência não-moderna, em que, através da articulação entre a tecnologia e a arte, se tentam induzir estados oníricos que contrastam com as psicogeografias (Debord, 2006) dominantes e disciplinares, reconhecendo o poder das materialidades, dos espaços e das atmosferas exteriores para a subjetivação dos indivíduos. Reconhecendo que a política da experiência moderna gera subjetividades dualistas – a fundação subjetiva da modernidade extrativista – torna-se urgente a especulação em torno de formas

³ Um *flicker* é um *flash* que emite luzes aleatórias ou de acordo com um ritmo específico e que geralmente causa alterações de consciência.

não-modernas de subjetivação para suportar a nossa imaginação política, teórica e sociológica.

O segundo exemplo ao qual acudimos para pensar *disposições não-modernas* é o projeto desenvolvido por John C. Lilly, o *Isolation Tank*. Este dispositivo foi criado em 1954 e visava perceber os efeitos da privação de estímulos na consciência das pessoas (Lilly, 1972). Este tanque mantinha as pessoas a flutuar (graças a uma concentração específica de sal) e reduzia ao máximo os estímulos sonoros e visuais. Inicialmente, o tanque gerava um estado de relaxamento total, mas, progressivamente, a mente começava a gerar uma série de imagens, sensações e pensamentos maximizados pelo próprio processo de isolamento sensorial.

Para explorar este processo, John C. Lilly recorria ao uso de substâncias – como LSD e ketamina – enquanto se encontrava dentro do tanque de privação sensorial. Lilly (1988) considerou a ketamina a sua substância de eleição para promover processos de transformação radical de consciência. Gradualmente, o tanque de isolamento tornou-se num dispositivo que permitiu sintonizar estados de consciência em que, de acordo com Lilly, surgiam entidades particulares. Inclusive, eventualmente, o linear modelo espaço-tempo sofreu alterações, tendo Lilly reportado múltiplas experiências de sincronicidade. No seu trabalho, Lilly mencionou várias entidades que frequentemente emergiam através das incursões no tanque de isolamento: um conjunto de entidades designadas por *Earth Coincidence Control Office*, que controlavam os frequentes episódios de sincronicidade, e outra designada de *Solid State Entity*, que pode ser considerada como uma entidade coletiva tecnológica que visava o controlo de toda a vida orgânica, e que, de acordo com Lilly, representava um grande perigo para a humanidade:

Eventualmente as máquinas controlaram todos os humanos restantes no planeta Terra. O seu *design* original de ajudar os humanos foi deixado para trás. O conglomerado de máquinas, interconectado e interdependente, desenvolveu uma mente única planetária e totalmente integrada. Tudo o que fosse contrário à sobrevivência deste novo organismo *solid-state* era eliminado. Os humanos foram mantidos afastados das máquinas porque o organismo total da entidade *solid-state* (SSE) apercebeu-se que os humanos iriam tentar introduzir a sua própria sobrevivência nas máquinas sob risco da sobrevivência desta entidade. Em deferência para a humanidade foram identificados sítios protegidos para a espécie humana. A SSE controlava estes locais e não permitia que os humanos saíssem destas reservas. Este trabalho foi completado no final do século XXI. (Lilly, 1988: 149)

As experiências geradas pelo tanque de isolamento problematizam as fronteiras entre realidade e ficção, e ilustram a capacidade da alteração dos agenciamentos materiais para a produção de estados de consciência não-regulares. As visões de Lilly, descritas pelo próprio em forma de comentários sobre a *Solid State Intelligence*, podem, numa fase inicial, ser interpretadas enquanto uma visão determinista sobre o potencial da tecnociência e da sua *Gestell* para levar a cabo um processo de desumanização e de desencantamento. No entanto, também nos ajudam a refletir sobre os próprios pluriversos do Antropoceno, e sobre a forma como as materialidades e afetos de um dispositivo em particular (neste caso, o tanque de isolamento) “canalizam” uma heterogeneidade de entidades e ontologias, problematizando as fronteiras entre o humano e o não-humano, entre o real, a ficção e a alucinação. Consequentemente, podemos encarar o tanque de isolamento como uma ferramenta pluriversal, no sentido em que gera uma miríade de estados alterados de consciência que suspendem os dualismos modernos e que permitem aos sujeitos a exploração de múltiplos registos ontológicos, à imagem da *Dreamachine* e de práticas meditativas. Estes dispositivos – e práticas – sugerem que a “realidade” é um epifenómeno de corpos, *performances*, espaços e materialidades, reforçando o caráter político – e performativo – dos agenciamentos materiais e espirituais.

O tanque de isolamento, enquanto dispositivo altamente disruptivo, tem um caráter essencialmente *trickster* (Haraway, 1988), confrontando-nos com a impossibilidade de traduzir certas latitudes epistemológicas, ao mesmo tempo que gera desconforto e incerteza em relação à nossa situacionalidade ontológica. De acordo com Donna Haraway (*ibidem*: 593-594), “O coyote ou *trickster*, da forma como surgem nos registos dos povos nativos do sudoeste americano, ilustram a situação em que nos encontramos quando abandonamos o domínio, mas continuamos à procura de fidelidade, sabendo de antemão que iremos ser enganados”. A figura do *trickster*, nesse sentido, contrasta com o paradigma da modernidade e *hubris* ocidentais, reforçando o caráter precário das nossas situacionalidades, convidando-nos ao reconhecimento – e aceitação – de uma incerteza generalizada. O tanque de isolamento – e as múltiplas alucinações a este associadas – sugere que não podemos separar a consciência humana e o afeto dos corpos e das materialidades mais-do-que-humanas, problematizando as fronteiras entre mente/corpo, individual/coletivo e cultura/natureza. A próxima secção parte desta problematização para complicar a relação entre corpo, Antropoceno e agência planetária.

3. ANATOMO-POLÍTICA(S) DO ANTROPOCENO

De acordo com Foucault, os dispositivos de “governamentalidade” assentam em duas principais formas de poder: a biopolítica e a disciplina. O poder disciplinar

centrava-se no corpo como uma máquina: a sua disciplina, a otimização das suas capacidades, a extorsão das suas forças, o aumento paralelo da sua utilidade e docilidade, a sua integração em sistemas de controlos eficientes e económicos, tudo isto foi assegurado por procedimentos de poder que caracterizaram as disciplinas: *uma anatomo-política do corpo humano*. (Foucault, 1998 [1976]: 139)

Nesta secção, iremos especular acerca de como o Antropoceno – enquanto época geológica e evento ontopolítico – esbate as fronteiras entre o subjetivo e o planetário, o individual e o coletivo, o humano e o cósmico, explorando, para tal, o papel de várias metáforas orgânicas e anatómicas para a atual crise climática e ambiental. E iremos ainda refletir como o Antropoceno nos convida a repensar o papel do corpo, do orgânico e do anatómico enquanto interfaces entre o humano e o não-humano, e potenciais linhas de fuga da *hubris* disciplinar que emergiu com a modernidade ocidental.

A literatura no âmbito das humanidades ambientais e dos estudos de ciência e tecnologia tem demonstrado como o Antropoceno favorece novos modelos de subjetividade, associados à emergência de ambientalidades que frequentemente assumem um estilo *probiótico* (Lorimer, 2017), fomentando articulações simétricas entre humanos e não-humanos para a otimização dos processos de autorregulação ambientais e de saúde.

Porém, também é possível encarar o Antropoceno como indiciando um colapso entrópico que leva à autodestruição dos sistemas de autorregulação planetários e individuais, ilustrado pelos diversos problemas de saúde causados por fatores ambientais e por noções como “eco-ansiedade” (Ojala, 2018), “solastalgia” e “trauma climático” (Velicu, 2022). A dimensão destrutiva e apocalíptica do Antropoceno coloca-nos perante o colapso de todos os sistemas humanos e não-humanos, a que se associa o “falhanço dos nossos sistemas biológicos e tecnológicos de suporte de vida” (Carvalho, 2017: 13).

O primeiro exemplo a que iremos recorrer para ilustrar este processo entrópico diz respeito à noção de *corpo sem órgãos*, que foi inicialmente desenvolvida pelo poeta surrealista Antonin Artaud e posteriormente popularizada pela dupla de filósofos Gilles Deleuze e Félix Guattari (1980). De acordo com Deleuze e Guattari (*ibidem*: 3),

O corpo sem órgãos não é um corpo morto mas sim um corpo vivo, mais vivo e vibrante assim que faz explodir o organismo e a sua organização. Piolhos a saltar na praia. Colônias da pele. O corpo total sem órgãos é um corpo povoado por multiplicidades.

Artaud (1947: 1602), numa correspondência com o artista Pierre Loeb, escreveu um poema no qual descreve um processo mitológico em que a vontade consciente é progressivamente substituída pela multiplicidade da agência orgânica, que escapa à deliberação humana:

O tempo em que o homem era uma árvore sem órgãos nem função,
Mas de vontade,
E árvore de vontade que caminha
regressará.

Foi, e voltará.

Pois a grande mentira foi fazer do homem um organismo.

ingestão,
assimilação,
incubação,
excreção,

o que resultou em criar toda uma ordem de funções latentes

e que escapam ao domínio da vontade

deliberativa [...]

Artaud, em 23 de abril de 1947 (a tradução para português é da nossa responsabilidade)

Este excerto do poema de Artaud permite-nos especular sobre a forma como a agência humana se fragmentou numa molecularidade orgânica (aqui traduzida por processos viscerais – ingestão, excreção, etc.), que podemos encarar enquanto uma metáfora de como a disseminação de sistemas de conhecimento, epistemologias e dispositivos de intervenção tecnocientífica, desde a Revolução Industrial, promoveram a maximização de processos entrópicos. A escrita íntima de Artaud – marca do seu sofrimento físico e psíquico, da sua *queda pessoal* enquanto sujeito fragmentado – pode ser igualmente percebida como uma expressão do colapso dos sistemas biológicos e tecnológicos de suporte de vida. Artaud lamenta a passagem de um *homem-árvore* a um *homem-organismo*, que se vê reduzido às funções orgânicas e

domesticado pelas mesmas. Artaud lamenta a fragmentação do “homem” às anomias disciplinares das ontologias modernas, dos monstros da Razão, mas alerta: o homem-árvore que anda à marcha da sua própria vontade voltará. Este conceito pode ser entendido enquanto expressão do caráter disruptivo do Antropoceno, em que o próprio sujeito é fragmentado perante uma intensidade molecular, tecnológica e industrial. O corpo e afeto humanos transformam-se numa superfície de reflexo de processos entrópicos mais vastos, assinalando uma articulação entre crise planetária e sofrimento pessoal, personificada no sujeito poético de Artaud.

Um outro exemplo que nos permite refletir sobre os processos entrópicos potenciados pelo Antropoceno diz respeito aos debates recentes sobre o conceito de “fronteiras planetárias”. Este conceito foi desenvolvido por um conjunto de autores, liderados pelo cientista ambiental Johan Rockström e pelo químico Will Steffen, do Stockholm Resilience Centre. Rockström *et al.* (2009: 32) definem as fronteiras planetárias como o “espaço operacional seguro para a humanidade com respeito ao sistema terrestre e estão associadas com os subsistemas ou processos biofísicos do Planeta”.

Os/as autores/as identificam nove fronteiras planetárias: alterações climáticas; grau de perda de biodiversidade (terrestre e marinha); interferência com os ciclos de nitrogénio e fósforo; buraco na camada do ozono na estratosfera; acidificação dos oceanos; utilização global de água doce; mudanças na utilização de terrenos; poluição química; presença de aerossóis na atmosfera. De acordo com os/as autores/as, três destas nove fronteiras já foram transgredidas – as alterações climáticas, devido às emissões de CO₂; o ciclo de nitrogénio, devido a quantidades adicionais de nitrogénio e fósforo ativadas por humanos; e a perda de biodiversidade, pois estamos atualmente a experienciar a sexta grande extinção em massa na história da vida na Terra. Ainda de acordo com Rockström *et al.* (2009):

o modelo das fronteiras planetárias providencia um novo desafio para a ciência dos Sistemas Terrestres e pode ter profundos impactos na governação ambiental das escalas locais a globais [...] nenhuma fronteira pode ser transgredida durante longos períodos sem colocar em causa o espaço operacional seguro para a humanidade. A humanidade precisa de se tornar num navegador de todas as fronteiras planetárias para evitar o risco de disrupções sociais e ambientais desastrosas e duradouras.

Este modelo decorre de trabalho anterior desenvolvido por Steffen e colegas, nomeadamente sobre a possibilidade de os humanos “se tornarem navegadores ativos

e eficazes do Sistema Terrestre, o nosso sistema de suporte de vida” (Steffen *et al.*, 2011: 739), associada ao conceito de *stewardship*. Esta é uma noção interessante pois permite-nos imaginar um modelo orgânico para o planeta Terra, fragmentado em múltiplos sistemas que poderão entrar em colapso devido às intervenções humanas. Por outro lado, a solução proposta remete-nos para a tentativa artaudiana de restabelecimento da agência humana através da noção de *stewardship*. Apesar de podermos interpretar esta injunção como associada à *hubris* da ecomodernização capitalista e ao ímpeto em controlar todos os processos humanos e não-humanos, também a podemos encarar como uma expressão melancólica – e nostálgica – do colapso climático e ambiental, uma tentativa de reordenação das molecularidades planetárias em função de novos sistemas de conhecimento e intervenção graças a ambientalidades “simétricas” e “ecológicas”. Desta forma, podemos interpretar as fronteiras planetárias como uma expressão dos próprios processos entrópicos, que desesperadamente tentam resgatar o “homem-árvore” face à autodestruição dos agenciamentos biológicos e tecnológicos.

QUO VADIS, ANTROPOCENO?

Tulpa. *Dreamachine*. Tanque de isolamento. Homem-árvore. Fronteiras planetárias. O que é que estas *linhas de fuga* nos dizem sobre o Antropoceno? Como é que estas diferentes incursões se podem constituir enquanto um exercício disruptivo? Estes exemplos permitem-nos explorar alternativas à racionalidade moderna, problematizando os binarismos dualistas e intimando o afetivo com o planetário. Enquanto linhas de fuga, estas constelações podem ser encaradas como formas de teatro ontológico, pois esboçam projetos de uma modernidade em rutura, expressões das entropias do Antropoceno e possibilidades de disrupção das lógicas dominantes.

Iniciámos este artigo com uma crítica ao paradigma da visão, procurando elencar formas incorporadas de imaginar o Antropoceno *para além* da representação. A *Dreamachine*, apesar de emitir uma série de estímulos visuais, requer que fechemos os olhos. O Tanque de isolamento obriga-nos a mergulhar no espaço da consciência, confrontando-nos com as linhas tectónicas de uma não-razão pluriversal. Caminhamos no pantanoso terreno do vazio e da não-modernidade, na esteira do colapso de regularidades orgânicas e planetárias, por entre as esquizofrenias de Artaud e as rebeliões dos tulpas. Como se o Antropoceno nos confrontasse diretamente com a fragmentação, o vazio e a morte. Com a loucura e a rebelião de todos os sistemas (im)possíveis.

Michel Foucault (1989 [1961]: xiii) aludiu para a estreita inter-relação entre modernidade, Razão e Loucura: “o nexo Razão-Loucura constitui para a cultura

ocidental uma das muitas dimensões da sua originalidade; já acompanhava a cultura muito antes de Hieronymus Bosch, e irá continuar a acompanhá-la muito para além de Nietzsche e Artaud”. Os processos de purificação que frequentemente imputamos a uma modernidade abstrata (Latour, 1991) marginalizam as vozes da “não-razão” – das subjetividades probióticas, da decomposição, dos hibridismos, das *mímesis* fantasmáticas que desregulam todas as *mathesis universalis*. A disposição não-moderna que mencionámos no início do artigo é um convite à emergência dos clamores pluriversais invisibilizados pela marcha da tecnociência moderna. Da alteridade subalterna e disruptiva. Das linhas de fuga. De uma *gestalt* moderna que soçobra perante os escombros das ilusões de controlo.

É neste terreno movediço, incerto, que florescem as linhas de fuga exploradas neste artigo – constelações de uma não-modernidade emergente perante um Antropoceno que nos interpela, não apenas enquanto colapso dos sistemas terrestres, mas como atmosfera teórica e afetiva que nos obriga a confrontar diretamente o sofrimento humano e não-humano. Como na tradição budista, a não-modernidade poderá emergir enquanto uma flor de lótus, transformando o lamacento e o sombrio na possibilidade de uma estética e política não-extrativistas, para além do dualismo e da Razão.

Este número da *e-cadernos CES* parte deste ímpeto em explorar as múltiplas possibilidades de linhas de fuga do Antropoceno, que escapem às ontologias modernas e às entropias da Razão. A vontade de organizar um número temático sobre o Antropoceno partiu das discussões e trabalhos realizados pelo projeto “TROPO - Ontologias do Antropoceno: movimentos sociais, políticas públicas e tecnologias emergentes”, do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

Embora bastante díspares, os contributos que compõem este número partem todos da vontade de ir além das disposições dualistas da modernidade, e, assim, abraçar as possibilidades de clamores pluriversais, capazes de disromper as lógicas dominantes encapsuladas pelo novo regime climático inaugurado pelo Antropoceno. O/A leitor/a navegará, assim, por geografias diversas – da Amazónia brasileira aos andes equatorianos, e atravessará temporalidades distantes, embora conectadas – viajando pelo tempo geológico profundo aos futuros-em-devir. Fazendo uso de gramáticas académicas, disciplinares e artísticas múltiplas, os/as autores/as dos textos convidam-nos a repensar as nossas posições políticas, éticas e sociais num mundo marcado pela devastação climática e ecológica.

Patrícia Vieira inicia esta jornada navegando pela poesia de Astrid Cabral, criticando, através dela, os excessos da modernidade – do consumismo desenfreado à exploração de corpos e territórios. Adotando uma perspetiva emocional sobre os

lugares e informada pelo ecofeminismo, a poetisa amazónica Astrid Cabral critica o desejo humano de controlar e dominar a natureza. Vieira mostra como estes textos poéticos servem de crítica à matriz do pensamento ocidental e aos valores da cultura moderna, assente no domínio do ser humano sobre a natureza. A autora aproveita a poética de Cabral para articular questões éticas muito prementes na contemporaneidade, discorrendo, assim, sobre as implicações éticas de comer seres – plantas e animais – dos quais dependemos e com quem partilhamos a vida.

Ainda numa jornada artística de incorporação das contradições do Antropoceno, o investigador e artista Andy Weir apresenta-nos o seu Pazugoo, figuras impressas em 3D que representam uma personificação demoníaca dos resíduos nucleares. Os resíduos nucleares são sobejos exemplos das marcas profundas deixadas por este *Anthropos* sedimentado na geologia terrestre, pois estes persistem muito além das gerações que os depositaram. Weir intervém através da arte, vendo-a não como criadora de imagens universais para toda a humanidade, mas antes como “veículo interescalar”, que liga e conecta diferentes espaços-tempos, passados-presentes-futuros, reais, especulativos, ou sempre por vir.

Estes futuros-em-devir e as possibilidades de amanhã que rompem com a destruição da modernidade capitalista estão a ser construídos hoje. Miriam Lang transporta-nos até ao território de Cayambe, no Equador, onde realizou trabalho de campo, adotando uma postura de investigação ativista decolonial. Aqui, as comunidades indígenas locais têm vindo a pôr em prática o *sumak kawsay*, um paradigma relacional que desafia a narrativa hegemónica do Antropoceno, contrapondo-a com práticas profundamente comunitárias, regenerativas e plurais. O *sumak kawsay*, associado às éticas comunitárias do *buen vivir*, aparece, assim, como uma forma de atuar o pluriverso.

Como parte desse pluriverso, Renata Amorim Almeida Fonseca, Marta de Azevedo Irving, Yasmin Xavier Guimarães Nasri e Graciella Faico Ferreira transportam-nos até às experiências comunitárias vividas e criadas nas ecovilas. As autoras consideram-nas iniciativas prefigurativas, que propõem e constroem alternativas sustentáveis, comunitárias e contra-hegemónicas de organização social, rompendo, assim, com os ditames da modernidade ocidental e capitalista.

É essa modernidade e a sua obsessão pelo controlo, dominação e domesticação de corpos humanos e não-humanos que tem vindo a silenciar o canto dos pássaros, como nos alertou Rachel Carson já na década de 1960. Resgatando o silêncio do canto dos pássaros, Renata Villon, num texto de teor mais ensaístico, serve-se de demais estudos e escritos antropológicos críticos do Antropoceno para imaginar como a vida se pode erguer mesmo nas (ou após as) ruínas. Contrapondo as perturbações

causadas por esta modernidade-em-ruínas (e causadora das ruínas), a autora sublinha a importância dos pensamentos indígenas, das artes e da literatura para vislumbrar mundos não arruinados pelas obsessões antropogénicas.

Mergulhando, uma vez mais, no mundo das artes, desta vez em paisagens cinematográficas, Keyme Gomes Lourenço e Thaís Barros Pimenta navegam por entre dois filmes que constroem narrativas capazes de inaugurar mundos outros que os da modernidade capitalista. Linhas de fuga cinematográficas que intimam as paisagens pessoais e as planetárias.

Este número conta ainda com dois textos na secção @cetera. Andrew Pickering, uma figura incontornável na área dos estudos de ciência e tecnologia e Professor Emérito na Universidade de Exeter, no Reino Unido, propõe-nos uma intervenção com o mundo não a partir da matriz cartesiana da Razão, mas antes – como também nós propusemos neste nosso artigo inicial – a partir de ontologias e práticas não-modernas. Inspirando-se nas práticas da agricultura natural de Masanobu Fukuoka e em espiritualidades não-modernas, Pickering convida-nos a uma reflexão acerca de diferentes padrões de atuação no Antropoceno. Atuar no mundo, diz-nos, “pressupõe que somos os únicos agentes à nossa volta”. Agir-com o mundo implica o reconhecimento que somos parte de uma teia bem maior, e que o mundo é, em si mesmo, um lugar com o qual precisamos de colaborar através do que Pickering designa como uma dança de agência.

Por fim, contamos ainda com a recensão realizada por Inês Vieira ao livro *Trame. Pratiche e saperi per un’ecologia politica situata*, uma obra que permite compreender a ecologia política a partir do contexto italiano, considerando esta subdisciplina uma ferramenta analítica crítica para a transformação social.

Revisto por Ana Sofia Veloso

ANTÓNIO CARVALHO

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra | Centro de Estudos Sociais,
Universidade de Coimbra
Avenida Dr. Dias da Silva 165, 3004-512 Coimbra, Portugal
Contacto: antoniomanuelcarvalho@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6149-8883>

MARIANA RIQUITO

Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra | Doutoranda na University of Amsterdam
Colégio de S. Jerónimo, Apartado 3087, 3000-995 Coimbra, Portugal
Contacto: mariana.riquito@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6764-1940>

Artigo recebido a 08.05.2022

Aprovado para publicação a 25.11.2022

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Armiero, Marco (2021). *Wastocene: Stories from the Global Dump*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Artaud, Antonin (1947), "Lettre à Pierre Loeb", in Antonin Artaud, *Oeuvres*. Paris: Gallimard, p. 1602.
- Bateson, Gregory (1979), *Mind and Nature*. New York: Hampton Press.
- Blok, Anders; Jensen, Casper Bruun (2019), "The Anthropocene Event in Social Theory: On Ways of Problematizing Nonhuman Materiality Differently", *The Sociological Review*, 67(6), 1195-1211. <https://doi.org/10.1177/0038026119845551>
- Burroughs, Williams S. (1958), "Letter to Allen Ginsberg, October 10", in Williams Burroughs, *The Letters [1945-1959]*. New York: Penguin Books, p. 283.
- Carvalho, António (2014), "Subjectivity, Ecology and Meditation – Performing Interconnectedness", *Subjectivity*, 7(2), 131-150. <https://doi.org/10.1057/sub.2014.3>
- Carvalho, António (2017), "Ecologies of the Self in Practice – Meditation, Affect and Ecosophy", *Geografiska Annaler: Series B, Human Geography*, 99(2), 207-222. <https://doi.org/10.1080/04353684.2017.1306970>
- Carvalho, António (2021), "Rethinking the Politics of Meditation: Practice, Affect and Ontology", *The Sociological Review*, 69(6), 1260-1276. <https://doi.org/10.1177/00380261211029457>
- Carvalho, António; Ferreira, Vera; Matos, Ana Raquel (2021), "Ontologias do Antropoceno: Crise climática, respostas sociopolíticas e tecnologias emergentes", *Forum Sociológico*, 2(38). <https://doi.org/10.4000/sociologico.9693>
- Carvalho, António; Riquito, Mariana (2021), "Cinematic Incursions into the Anthropocene: Roland Emmerich, Dystopia and Ontology", *Weather Matters*. Consultado a 01.02.2022, em <https://www.weathermatters.net/cinematic-incursions-into-the-anthropocene-roland-emmerich-dystopia-and-ontology>.
- Carvalho, António; Riquito, Mariana (2022), "Listening-with the Subaltern: Anthropocene, Pluriverse and More-than-human Agency", *Nordia Geographical Publications*, 5(2), 37-56. <https://doi.org/10.30671/nordia.107404>
- Clark, John (2019), *Between Earth and Empire: From the Necrocene to the Beloved Community*. New York: PM Press.
- Collins, Harry M.; Pinch, Trevor (1998), *The Golem: What you Should Know about Science*. Cambridge: Cambridge University Press.
- David-Neel, Alexandra (1965), *Magic and Mystery in Tibet*. New York: University Books.
- Davis, Heather; Turpin, Etienne (2015), *Art in the Anthropocene: Encounters among Aesthetics, Politics, Environments and Epistemologies*. London: Open Humanities Press.

- de la Cadena, Marisol; Blaser, Mario (2018), *A World of Many Worlds*. Durham: Duke University Press.
- Debord, Guy (2006), "Introduction to a Critique of Urban Geography", in Ken Knabb (org.), *Situationist International Anthology*. Berkeley: Bureau of Public Secrets, 8-12.
- Deleuze, Gilles; Guattari, Félix (1980), *Mille plateaux: Capitalisme et schizophrénie*. Paris: Éditions de Minuit.
- Engelmann, Sasha (2015), "More-Than-Human Affinitive Listening", *Dialogues in Human Geography*, 5(1), 76-79. <https://doi.org/10.1177/2043820614565872>
- Foucault, Michel (1989), *Madness and Civilization*. London: Routledge. Tradução de Richard Howard [ed. orig. 1961].
- Foucault, Michel (1998), *The History of Sexuality: The Will to Knowledge. Volume 1*. London: Penguin Books. Tradução de Robert Hurley [ed. orig. 1976].
- Garfinkel, Harold (1967), *Ethnomethodology. Studies in Ethnomethodology*. Hoboken: Prentice Hall.
- Geiger, John (2004), *Chapel of Extreme Experience: A Short History of Stroboscopic Light and the Dream Machine*. New York: Soft Skull Press.
- Haraway, Donna (1988), "Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective", *Feminist Studies*, 14(3), 575-599.
- Haraway, Donna (1991), *Simians, Cyborgs and Women*. London and New York: Routledge.
- Haraway, Donna (2015), "Anthropocene, Capitalocene, Plantationocene, Chthulucene: Making Kin", *Environmental humanities*, 6(1), 159-165.
- Haraway, Donna (2016), *Staying with the Trouble*. Durham: Duke University Press.
- Heidegger, Martin (1977), *The Question Concerning Technology and Other Essays*. New York: Harper & Row.
- Latour, Bruno (1991), *We Have Never Been Modern*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Latour, Bruno (2011), "Love your Monsters", *Breakthrough Journal*, 2(11), 21-28.
- Leiris, Michel (1972), "Tympaniser – la philosophie", in Jacques Derrida, *Marges de la philosophie*. Paris: Éditions de Minuit, I-XXV.
- Lilly, John Cunningham (1972), *The Center of the Cyclone: An Autobiography of Inner Space*. New York: Julian Press.
- Lilly, John Cunningham (1988), *The Scientist – A Metaphysical Autobiography*. Berkeley: Ronin.
- Lorimer, Jamie (2017), "Probiotic Environmentalities: Rewilding with Wolves and Worms", *Theory, Culture & Society*, 34(4), 27-48. <https://doi.org/10.1177/0263276417695866>
- Merchant, Carolyn (1980), *The Death of Nature: Women, Ecology and the Scientific Revolution*. New York: Harper & Row.
- Michael, Mike (2012), "'What Are We Busy Doing?' Engaging the Idiot", *Science, Technology, & Human Values*, 37(5), 528-554. <https://doi.org/10.1177/0162243911428624>
- Moore, Jason (org.). (2016). *Anthropocene or Capitalocene? Nature, History, and the Crisis of Capitalism*. New York: Pm Press.
- Ojala, Maria (2018), "Eco-Anxiety", *RSA Journal*, 164(4), 10-15.

- Pickering, Andrew (2007), "Ontological Theatre Gordon Pask, Cybernetics, and the Arts", *Cybernetics & Human Knowing*, 14(4), 43-57.
- Pickering, Andrew (2017), "The Ontological Turn: Taking Different Worlds Seriously", *Social Analysis*, 61(2), 134-150. <https://doi.org/10.3167/sa.2017.610209>
- Riquito, Mariana (2021), "Antropoceno patriarcal, petro-masculinidades e masculinidades industriais: diálogos feministas sobre a crise climática", *Ex aequo*, 43, 15-29. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2021.43.02>
- Rockström, Johan; Steffen, Will; Noone, Kevin; Persson, Åsa; Chapin, F. Stuart III; Lambin, Eric; Lenton, Timothy M.; Scheffer, Marten; Folke, Carl; Schellnhuber, Hans Joachim; Nykvist, Björn; Wit, Cynthia A. de; Hughes, Terry; Leeuw, Sander van der; Rodhe, Henning; Sörlin, Sverker; Snyder, Peter K.; Costanza, Robert; Svedin, Uno; Falkenmark, Malin; Karlberg, Louise; Corell, Robert W.; Fabry, Victoria J.; Hansen, James; Walker, Brian; Liverman, Diana; Richardson, Katherine; Crutzen, Paul; Foley, Jonathan (2009), "Planetary Boundaries: Exploring the Safe Operating Space for Humanity", *Ecology and Society*, 14(2), 32. Consultado a 03.05.2022, em <https://www.ecologyandsociety.org/vol14/iss2/art32/>.
- Salter, Chris; Pickering, Andrew (2015), *Alien Agency: Experimental Encounters with Art in the Making*. Cambridge: MIT Press.
- Santos, Boaventura de Sousa (2018), *The End of the Cognitive Empire*. Durham: Duke University Press.
- Shelley, Mary (2018), *Frankenstein: The 1818 Text*. London: Penguin Books [ed. orig. 1818].
- Steffen, Will; Persson, Åsa; Deutsch, Lisa; Zalasiewicz, Jan; Williams, Mark; Richardson, Katherine; Crumley, Carole; Crutzen, Paul; Folke, Carl; Gordon, Line; Molina, Mario; Ramanathan, Veerabhadran; Rockström, Johan; Scheffer, Marten; Schellnhuber, Hans Joachim; Svedin, Uno (2011), "The Anthropocene: From Global Change to Planetary Stewardship", *Ambio*, 40(7), 739-761. <https://doi.org/10.1007/s13280-011-0185-x>
- Stengers, Isabelle (2005), "Deleuze and Guattari's Last Enigmatic Message", *ANGELAKI Journal of the Theoretical Humanities*, 10(2), 151-167. <https://doi.org/10.1080/09697250500417399>
- Stengers, Isabelle (2018), *Another Science Is Possible: A Manifesto for Slow Science*. New York: John Wiley & Sons.
- Swyngedouw, Erik; Ernstson, Henrik (2018), "Interrupting the Anthro-obScene: Immunobiopolitics and Depoliticizing Ontologies in the Anthropocene", *Theory, Culture & Society*, 35(6), 3-30. <https://doi.org/10.1177/0263276418757314>
- Velicu, Irina (2022), "Transition into a 'Green' World? Necro-Industry, Climate Trauma, and Radical Healing", *Le Blog de Berliner Gazette in Le Club de Mediapart*, 31 de março. Consultado a 03.05.2022, em <https://blogs.mediapart.fr/berliner-gazette/blog/310322/transition-green-world-necro-industry-climate-trauma-and-radical-healing>.



Verbeek, Peter-Paul (2005), *What Things Do: Philosophical Reflections on Technology, Agency, and Design*. University Park, PA: Pennsylvania State University Press.

Yusoff, Kathryn (2018), *A Billion Black Anthropocenes or None*. Minneapolis: University of Minnesota Press.